

O PRINCÍPIO DA GARANTIA SEMÂNTICA E OS ESTUDOS DA LINGUAGEM

THE PRINCIPLE OF SEMANTIC WARRANTY AND LANGUAGE STUDIES

Roger de Miranda Guedes

rogerotoni@gmail.com

Fundação João Pinheiro

Maria Aparecida Moura

mamoura@eci.ufmg.br

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: A ordem semântica subjacente a um sistema de organização do conhecimento (SOC) pode ser identificada no conceito da garantia sobre qual o sistema se baseia (BEGHTOL, 1986). Nesse sentido, a garantia semântica é considerada o princípio aplicado à construção, desenvolvimento e avaliação de SOCs para justificar e validar significados. Sobre esta conjuntura estabeleceu-se uma arena de reflexões com o objetivo de investigar a noção de garantia, dos elementos fundantes de tal princípio e de seus desdobramentos e inflexões decorrentes das ações de informação no atual panorama sociotécnico. Para isso, recorreu-se ao legado teórico de Ludwig Wittgenstein (1889-1951) e Mikhail Bakhtin (1895-1975). Dois filósofos da linguagem que, em períodos e contextos distintos, conceberam ideias transformadoras acerca da linguagem e do significado. Deduziu-se que, se o propósito inaugural estava vinculado a um requisito de regramento e seu nível de eficiência relacionado a métricas de frequência de palavras em documentos, hoje o princípio da garantia semântica cobre uma série de aspectos e preceitos relacionados à afiguração do significado nos SOCs, capaz de orientá-los em sua projeção, desenvolvimento e avaliação. A ideia de garantia na OC é assim compreendida na argumentação em favor da existência de fatos e fenômenos da realidade passíveis de significação. O estabelecimento de significado pela/na linguagem certifica o compromisso permanente de sentido que a garantia provoca nos SOCs.

Palavras-chave: Garantia semântica. Garantia cultural. Estudos da linguagem. Linguagem e significação. Sistemas de organização do conhecimento (SOC).

Abstract: The underlying semantic to a knowledge organization system (KOS) can be identified in the concept of warrant on which the system is based (Beghtol, 1986). In this sense, the semantic warrant is considered the principle applied to the construction, development and SOCs assessment to justify and validate meanings. Concerning this situation, an arena of reflection was established in order to investigate the notion of warrant, the founding elements of this principle and its unfolding and the resulting inflections of the actions of information in the current socio-technical panorama. For this purpose, the theoretical legacy of Ludwig Wittgenstein (1889-1951) and Mikhail Bakhtin (1895-1975) was used. Two philosophers of language who, at different times and in different contexts, conceived of ideas that would transform the notions of language and meaning. It was deduced that, while their initial proposal was linked to a requirement for rules and the level efficiency related to measurements of the frequency of words in documents, today the semantic warrant principle covers a series of aspects and precepts related to the formation of meaning in KOS, capable of orienting them in their projection,

development and evaluation. The idea of warrant in KO is thus understood in the argument in favor of the existence of facts and phenomena of reality that are capable of being assigned a meaning. The establishment of meaning through/in language certifies the permanent commitment that the warrant triggers in KOS.

Keywords: Semantic warrant. Cultural warrant. Studies of language. Language and meaning. Knowledge organization systems (KOS).

1 INTRODUÇÃO

Os estudos da linguagem aos quais se serve a ciência da informação e, mais precisamente, o domínio da organização do conhecimento (OC)¹ correspondem à égide do estatuto epistemológico que subjaz tal campo de estudo. A linguagem, enquanto veículo do pensamento (WITTGENSTEIN, 1999), é também a interface entre o homem e o conhecimento. A concepção de linguagem como o meio em que o conhecimento se manifesta estabelece essa relação indissociável entre esses dois conceitos. A linguagem é, nessa perspectiva, a forma de administrar o conhecimento — pois é através da representação do conhecimento, mediado por um sistema de signos, que torna-se possível organizá-lo.

De fato, a OC está condicionada ao progresso das investigações no domínio da linguagem e as predileções teóricas elegidas a partir deste horizonte se refletem nos princípios basilares e fundamentos da disciplina, o que também está relacionado a implicações no desenvolvimento de métodos, técnicas, instrumentos, práticas, conceitos, terminologia e demais elementos que configuram a OC.

Ao considerar as questões da OC como sendo de ordem linguístico-filosófica descerra-se uma arena de ação e reflexão profícua diante das ramificações tópicas do domínio que, muitas vezes, carecem de estudos verticalizados, de experimentações, de atualizações ou simplesmente de análises a partir de novos pontos de vista.

Um destes tópicos da OC diz respeito aos preceitos, critérios e métodos utilizados para validar e avaliar a utilidade de uma linguagem de acordo com o seu propósito de representar conhecimentos. A determinação desses critérios de validação da linguagem é resultado de uma escolha intersubjetiva e não da simples observação e está relacionada ao princípio da garantia

¹ O termo “organização do conhecimento” é reconhecido neste trabalho por designar um campo de estudo situado na ciência da informação na qual se desenvolvem atividades de representação do conhecimento para os mais variados propósitos e circunstâncias, bem como nos mais diversos contextos de informação.

semântica. O conceito de **garantia** foi introduzido no campo por Edward Wyndham Hulme (1859-1954) para designar o princípio da garantia literária — sentença teórica base da classificação bibliográfica e da definição de classes de assunto, que argumenta que as classes e subclasses derivam da literatura existente sobre determinado tema ou domínio, em vez de uma ordem filosófica preconcebida das ciências.

Desde então o preceito de garantia como um princípio de validação semântica de uma linguagem documentária tem sido aplicado ao longo dos tempos na conjuntura de práticas da ciência da informação. Entretanto, as singularidades das novas ambiências e condutas sociais no que se refere às ações de informação exigem a incorporação de verticalizações e novas reflexões ao tema.

Neste panorama, questionam-se quais componentes teóricos, nos substratos da significação, podem ser acionados para o fortalecimento ou reorientação do princípio da garantia semântica de forma que envolva as complexidades e satisfaça às demandas informacionais contemporâneas. Acredita-se que uma transcurso aos domínios da linguagem pode evidenciar insuficiências do campo expondo fragilidades de sua dimensão teórica decorrente de um retrospecto evolutivo fortemente baseado na experiência e na prática.

Sobre esta conjuntura estabelece-se uma arena de reflexões acerca da noção de garantia, dos elementos fundantes de tal princípio e de seus desdobramentos e inflexões decorrentes das ações de informação no atual panorama sociotécnico. Para isso, recorre-se aos estudos da linguagem — mais precisamente a filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein (1889-1951) e Mikhail Bakhtin (1895-1975).

O estudo foi guiado pela análise sistemática de um plano teórico-conceitual, delimitado de antemão, no âmbito da ciência da informação, a partir do procedimento técnico denominado pesquisa bibliográfica. Além disso, orientou-se, como plano de fundo interpretativo, pelos preceitos da metodologia filosófica (FOLSCHEID; WUNENBURGER, 1997) — procedimento intelectual para o desenvolvimento reflexivo filosófico a partir das etapas de leitura, explicação, comentário e dissertação — esta abordagem ditou o processo de reflexão frente às fontes de informação consultadas.

2 LINGUAGEM, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO NA OC

A linguagem de representação do conhecimento para fins organizacionais denomina-se linguagem documentária e pode ser entendida como a estrutura cognoscível dos sistemas de organização do conhecimento (SOC).

Os SOCs abrangem todos os tipos de esquemas dedicados à representação do conhecimento para fins de organização de informações, eles são baseados em uma estrutura de termos que apresentam relações semânticas entre eles. Diferentes categorias de SOCs — incluindo tesouros, esquemas de classificação, sistema de cabeçalho de assuntos, taxonomias e ontologias — são amplamente reconhecidos e aplicados em sistemas de informação modernos e tradicionais (VICKERY, 2008; ZENG, 2008).

Recorre-se à visão dos SOCs como prismas semânticos para a experiência humana. Quando um SOC é compreendido como a “influência mediadora na interação humana com o conhecimento ou com artefatos de conhecimento, a experiência de determinar critérios de seleção e de inclusão ou exclusão, bem como para determinar os limites das classes, é essencialmente curatorial” (GRAF; SMIRAGLIA, 2012, não paginado, tradução nossa). Em outras palavras, a representação do conhecimento é vista sempre a partir de um ponto de vista, tomando lugar num contexto sociocultural que é influenciado por condicionantes históricos.

De acordo com Hulme (1911), toda classificação é um meio para um fim — a postura pragmática do autor designa a concepção de esquemas classificatórios baseando-se nos objetivos e na utilização a que eles se destinam — em termos atuais, todo SOC é um meio para um fim. Nesse entendimento, o cerne dos SOC reside na natureza de sua linguagem e no princípio sobre o qual o escopo ou domínio coberto pela linguagem deve ser determinado.

Atingir critérios satisfatórios de organização do conhecimento é um processo complexo que requer mais que a compreensão analítica da linguagem e dos domínios do conhecimento. Segundo Huvila (2006, p. 59-60, tradução nossa), mesmo que um SOC “seja firmemente baseado em uma compreensão aprofundada de um domínio é baixa a casualidade direta entre o conhecimento e uma estrutura de organização artificial”. Tal posicionamento aponta para a importância da subjacência de critérios de ordem semântica que possam plasmar o sentido do domínio do conhecimento representado — ou ao menos diminuir a distância entre o conhecimento, *per se*, e sua representação, mediante um SOC.

3 DIÁLOGOS ENTRE AS FILOSOFIAS DE WITTGENSTEIN E BAKHTIN

Os paralelos entre linguagem e informação se apresentam de forma cadenciada. Para Raber e Budd (2003, p. 515) a afinidade entre o objeto informativo e o signo, e entre a informação e a linguagem como objetos teóricos, “baseia-se no fato de que todos os objetos informativos são necessariamente signos, em última análise, de uma expressiva relação entre um significante e um significado”. Os autores ressaltam que o significado de um signo, na forma de uma linguagem, é resultante de convenção e aceitação social. Entendendo que a linguagem, enquanto sistema, estrutura-se a partir das relações entre elementos e conceitos que estão condicionados à consciência social para fazer sentido.

Nesse sentido, a linguagem é para a ciência da informação um elemento precípuo indispensável ao processo de percepção e comunicação da informação, representando para acadêmicos e expertos um prisma cognitivo pelo qual se pode explorar a natureza de fenômenos nucleares da informação.

No que diz respeito à OC, embora as abordagens partindo das escolas tradicionais do pensamento — racionalismo, positivismo, epistemologia e empirismo — sejam predileções regulares em explanações teóricas (HJØRLAND, 2005; TALJA, TUOMINEN; SAVOLAINEN, 2005), muitos estudiosos do campo têm examinado o desenvolvimento da teoria da organização do conhecimento ancorando-se aos estudos da linguagem.

De acordo com Svenonius (2000, p. 5), é evidente o impacto dos movimentos filosóficos na disciplina da organização da informação na medida em que esta organização é considerada como empreendida por um sistema que tem propósitos estabelecidos e cuja arquitetura é orientada por uma modelagem de conceitos tendo a linguagem com a estrutura da realidade retratada. Para a autora, “o ato de organizar a informação pode ser visto como um tipo particular de uso da linguagem”, em uma referência à filosofia wittgenstiana de compreensão da realidade a partir dos usos e dos preceitos pragmáticos da linguagem.

Recorre-se ao posicionamento de Ludwig Wittgenstein e Mikhail Bakhtin, dois filósofos da linguagem cujas obras tiveram grande impacto em suas respectivas esferas de atuação e deixaram um importante legado intelectual a todos os campos de estudos que fazem uso das ciências e filosofia da linguagem.

O percurso filosófico de Wittgenstein costuma ser qualificado em dois períodos distintos, a primeira fase, ou o “primeiro Wittgenstein”, se encontra na obra *Tractatus lógico-*

philosophicus, de 1921, na qual ele procura compreender a linguagem a partir de uma estrutura lógica que pudesse explicar o seu funcionamento. A segunda fase, ou o “segundo Wittgenstein”, é conhecido a partir da obra *Investigações Filosóficas*, publicada postumamente em 1953, em que o filósofo se afasta da compreensão da linguagem baseada na função proposicional da realidade. Neste novo momento o autor defende uma concepção pragmática da linguagem em que as funções desempenhadas pela língua é que permitirão aceder à realidade (SAES, 2013).

Estes dois momentos na trajetória filosófica de Wittgenstein influenciou e continua a influenciar o pensamento contemporâneo nas ciências e na filosofia. No entanto, é de maior interesse para este estudo a segunda fase de Wittgenstein que concebe a abstração do significado a partir da prática que se faz da linguagem enfatizando seu caráter de atividade assim como a diversidade em que se apresenta conforme seu contexto de uso. Dessa forma, em *Investigações Filosóficas* a linguagem é encarada em função de sua concepção, de um conjunto de linguagem ou de “jogos de linguagem” — conceito este que será útil às reflexões deste trabalho.

Em sua segunda grande investida filosófica, com o propósito de explicar a natureza do significado, Wittgenstein afasta-se das noções formalistas que envolvem a Lógica, acreditando que os preceitos do empirismo lógico e do neopositivismo não são, todavia, suficientes para dar conta daquilo que se entende por significado. É possível que o filósofo tenha vindo, posteriormente, a enfatizar uma concepção menos excludente, no lugar das concepções logicistas, em que o significado de uma proposição é o seu uso através da linguagem.

A linguagem — para o Wittgenstein da segunda fase — se realiza sob a forma de jogos de linguagem. Segundo Wittgenstein a linguagem só faz sentido quando entendida dentro do contexto de um determinado tipo de atividade — um jogo de linguagem.

O ponto de partida ao abordar os jogos de linguagem é lançar mão da ideia de Wittgenstein (1999, p. 48) em que a linguagem é uma atividade guiada por regras. Assim como em um jogo de tabuleiro ou em um jogo de cartas, a linguagem possui regras de constituição, a saber, as regras da gramática. “A regra pode ser um auxílio no ensino do jogo. E comunicada àquele que aprende e sua aplicação é exercitada”. Tais regras não orientam que lance terá êxito, mas sim o que faz sentido ou é adequado para uma situação, definindo assim o jogo de linguagem.

Conforme Penha (2013), pode-se retratar os jogos de linguagem como as diversas maneiras de se usar a linguagem adotando-se regras. Por meio dos jogos de linguagem Wittgenstein destaca a primazia da linguagem sobre as palavras, pois o foco recai não para a unidade da palavra e sua referência no mundo, mas sim para a posição que ela ocupa na trama de um jogo de linguagem baseado em regras compartilhadas.

O significado portado por uma palavra não se condiciona ao objeto ou fato que ela venha a referenciar, mas é determinado pelas regras que guiam seu funcionamento. Em outras palavras, aprende-se o significado de uma palavra ao reconhecer suas possibilidades de uso — regras — em um determinado contexto. Nesse sentido, o significado da palavra ou proposição está condicionado ao contexto e ao jogo de linguagem que o governa, o elemento linguístico fora de determinado jogo não teria significado ou poderia sofrer prejuízos de sentido.

A intenção de Wittgenstein é distanciar-se da ideia de significado compreendido como algo determinado e fixado, estabelecendo uma relação unívoca com a palavra, pois para ele o significado é algo situacional, que emana da linguagem de acordo com contextos específicos e com objetivos específicos. Isso quer dizer que o significado de uma palavra, expressão, sentença ou signo pode variar dependendo do contexto e propósito de uso.

Os estudos da linguagem desenvolvidos por Mikhail Bakhtin e seu Círculo² vem sendo incorporados por diversas disciplinas do conhecimento que, em alguma medida, nutrem-se dos postulados acerca da linguagem, do discurso, da mensagem e do signo.

Apesar das proposições do Círculo abranger grande parte dos domínios das ciências humanas, evidencia-se na ordem teórica do coletivo russo a necessidade de uma abordagem sociológica da filosofia da linguagem. Na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* essa conjectura é colocada em foco a partir da relação entre linguagem e sociedade, sob o prisma do signo ideológico. Partindo do caráter essencialmente social do signo e do enunciado, Bakhtin questiona “em que medida a linguagem determina a consciência” e, nesse sentido, “em que medida a ideologia determina a linguagem” (YAGUELLO, 2006, p. 20).

Fundamentando-se na doutrina marxista, o Círculo de Bakhtin procurou elaborar um método sociológico singular que pudesse ser adequado às características de diferentes áreas

² *Círculo de Bakhtin* foi a denominação recebida pelo grupo de intelectuais que se reunia regularmente no período de 1919 a 1974, do qual fizeram parte Mikhail Bakhtin, Valentin Nikolaevich Voloshinov (1895-1936) e Pavel Nikolaevich Medvedev (1891-1938), entre outros. O trabalho do coletivo centrou-se em questões de importância da vida social em geral e na criação artística em particular, analisando o modo como a linguagem registra as manifestações entre grupos sociais.

ideológicas, no sentido de possibilitar acesso a todas as minúcias e sutilezas das estruturas ideológicas (MEDVIÉDEV, 2012).

O Círculo argumenta que o único modo de fazer com que o método sociológico marxista “dê conta de todas as profundidades e de todas as sutilezas das estruturas ideológicas imanentes consiste em partir da filosofia da linguagem concebida como *filosofia do signo ideológico*” (BAKHTIN, 2006, p. 37, grifo do autor).

A linguagem é ideológica, ou seja, é constituída por signos ideológicos que refratam uma realidade baseada nos embates e acordos sociais, é desse modo, como defende Bakhtin, que se reconhece o seu caráter dialógico. O diálogo é a noção de base de todas as categorias do Círculo de Bakhtin. Ele é a condição do sentido que se produz por meio da compreensão responsiva gerada pelo enunciado. Segundo Bakhtin (1997), os enunciados confrontados entre si entram em um tipo especial de relações semânticas denominadas relações dialógicas.

Para Bakhtin toda a vida da linguagem, seja qual for o seu campo de emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas. Essas relações se situam no campo do discurso, pois este é, por natureza, dialógico. As relações dialógicas referem-se, portanto, ao incessável diálogo, nem sempre simétrico e modular, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade (BRAIT, 2005).

Há muitos pontos de contato entre o pensamento de Wittgenstein e Bakhtin, uma vez que compartilham uma visão da interação verbal como o estrado ao status do significado, na visão de ambos a atividade coletiva dos atores sociais individuais resulta em um produto final qualitativamente diferente da soma das suas partes.

Em primeiro lugar, há em comum entre os dois filósofos a coerência de ambos ao atrair o foco dos estudos da linguagem para a perspectiva social, enfatizando a necessidade de reconhecer as manifestações do significado na linguagem por uma dimensão prática, isto é, a linguagem em uso (ou em diálogo), privilegiando a linguagem ordinária como objeto de seus estudos.

Da mesma forma, as abordagens de Wittgenstein e Bakhtin frente ao objeto de estudo apresentam muitas aproximações, na verdade os dois filósofos se referenciam em uma mesma zona de pensamento. Os dois reconhecem a emergência do significado a partir de uma linguagem em ação, colocada em prática, compartilhada e viva. As ideias de Wittgenstein e Bakhtin podem ser usadas para uma análise singular da linguagem ordinária — em contraponto

à linguagem científica, formal ou ideal. Os autores rejeitam a noção de linguagem ideal para centrarem-se na linguagem funcional, aquela usada no cotidiano da vida social.

4 O PRINCÍPIO DA GARANTIA SEMÂNTICA

A garantia semântica é o princípio que valida o significado da linguagem documentária, isto é, confere a ela uma medida de valor, de qualidade e de utilidade perante o fim a que ela se destina. Embora a noção de legitimar o significado de uma linguagem documentária seja inerente à sua criação, é tarefa difícil definir os critérios ou estipular condições avaliativas que referendem a representatividade da linguagem de um SOC.

De acordo com Campbell (2008), o conceito de garantia no âmbito da biblioteconomia tem sido uma pedra angular para a compreensão e desenvolvimento de sistemas projetados para representar o conhecimento, articulando-se na base intelectual para a validação e inclusão de entidades semânticas nestes sistemas. O autor entende que as articulações da garantia na OC se configuram em uma combinação de preceitos para a construção de consenso semântico, de uma maneira deliberada, mediante critérios formais e informais.

O desafio de explorar o princípio da garantia teve início com o bibliotecário britânico E. W. Hulme mediante o levantamento de questões acerca da necessidade de estabelecimento de métodos e regras para a definição dos conceitos de um domínio do conhecimento. O autor questionou o que poderia ser admitido como a garantia necessária para determinar o conjunto de termos que reproduziria o domínio conceitual das áreas do conhecimento.

Talvez por adotar uma perspectiva pragmática, mas não menos fundamentada, frente às questões do campo, Hulme (1911, p. 445, tradução nossa) considera que a garantia deveria “se basear em (a) considerações sobre a natureza do assunto a ser decomposto ou (b) sobre o dado quantitativo da agregação de assunto em livros”. O autor apoia-se na segunda opção para propor o conceito de garantia literária, reconhecido como a relação de ocorrências de conceitos na literatura de um domínio para justificar e validar a terminologia a ser considerada em um SOC.

Embora tenha desenvolvido reflexões suficientes para o estabelecimento de uma metodologia para a garantia literária, Hulme não progrediu com as implicações de seu princípio para a teoria da classificação (RODRIGUEZ, 1984). Mesmo assim, Hulme influenciou a

fundamentação teórica da classificação e realizou uma importante contribuição ao campo da OC.

A noção de garantia é um conceito operante em grande parte dos trabalhos da canadense Clare Beghtol. Procurando se afastar da perspectiva sintática das classificações a autora enfoca a perspectiva semântica para argumentar e fornecer ao campo um quadro referencial de conceitos que desde então tem sido usado para projetar e, principalmente, para compreender e avaliar os SOCs em relação às suas utilidades.

Talvez a definição mais conhecida do conceito de garantia (semântica) na ciência da informação seja de Beghtol que a descreve como a

[...] autoridade que um classificassionista invoca primeiro para justificar e, posteriormente, para verificar as decisões sobre que classes/conceitos incluir no sistema, em qual ordem as classes/conceitos devem aparecer nas listas, que unidades de classes/conceitos serão divididas, até qual subdivisão deve-se proceder, até que ponto e onde a síntese está acessível, se as ordens de citação são estáticas ou variáveis [...] A garantia semântica de um sistema, portanto, fornece a principal autorização para supor que alguma classe, conceito ou dispositivo de notação será útil e significativo para classificadores e, finalmente, para os usuários de documentos (BEGHTOL, 1986, p. 110-111, tradução nossa).

Nesse sentido, a garantia seria o compromisso ontológico que asseguraria que as unidades terminológicas incorporadas a um SOC carreguem o significado adequado para a finalidade e utilidade de tal dispositivo. Diante da perspectiva da OC, a vinculação entre significado e pragmática — implícito no conceito de garantia — pode ser acionada a partir diversas correntes de estudo, dentre as quais a linguística, a sociologia, a semiótica e a filosofia. Em comum neste meandro tem-se a linguagem como a estrutura inteligível pela qual se tem acesso à realidade.

Segundo Beghtol (1986, p. 111, tradução nossa) a garantia cobre suposições e decisões — conscientes ou inconscientes — sobre quais os tipos e quais as unidades de análise são mais adequadas para incorporar e representar o significado de classes ou cabeçalhos. “A garantia semântica de um sistema, portanto, fornece a principal autorização para supor que alguma classe, conceito ou dispositivo de notação vai ser útil e significativo [...]” para os propósitos a que destina.

Para Mai (2011), a ideia básica por trás da garantia é que a justificação semântica para a inclusão de termos e classes baseia-se em parâmetros externos às crenças e conhecimentos

dos profissionais que desenvolvem, mantêm e utilizam os SOCs. Os profissionais que representam e classificam recursos de informação atribuem modelam conceitualmente os SOCs com referência a esses parâmetros.

O ponto básico é que não é a crença pessoal do profissional ou suas visões de mundo que determinam se um termo é usado para representar um objeto ou como uma classe é construída. O profissional deve ser capaz de apontar para algo e justificar a inclusão do termo ou da classe, devido ao fato de que ela aparece nessas fontes externas (MAI, 2011, p. 118, tradução nossa).

Entendida enquanto preceito analítico, a garantia age como um elemento refrator através do qual se pode considerar o alcance de significado e utilidade de um SOC tendo em mente a finalidade de sua criação. Nesse sentido, Huvila (2006) entende a garantia como um conceito prático que denota o critério intelectual a partir do qual se organiza o conhecimento de um domínio.

A aceitação e confiabilidade dos SOCs vêm do alinhamento semântico estabelecido entre o sistema e à audiência em foco. Um instrumento dedicado a representar conhecimentos através de uma estrutura de conceitos somente é eficaz caso seu contingente de termos consiga retratar a realidade contextual daqueles que o utiliza. Kwaśnik (2010), considera que a garantia é uma maneira de capturar esse contexto, pois representa a relação da classificação para o mundo.

Para atender as necessidades de expressar significado útil à uma audiência, os desenvolvedores e mantenedores de SOCs precisam fazer escolhas criteriosas de quais perspectivas desejam privilegiar nestes sistemas. Segundo Howarth e Jansen (2014), pode-se identificar várias garantias entre os processos de desenvolvimento de sistemas classificatórios e as relações com os usuários. Há uma relação de garantias clássicas que, a começar pela garantia literária proposta por Hulme (1911) no início do século passado, vem sendo usadas para orientar a criação de classificações.

Com o progressivo movimento tecnológico influenciando a evolução técnica e social de produção, uso e reuso de recursos informacionais, revela-se conveniente a projeção e desenvolvimento de SOCs regulados por outras perspectivas destas mesmas garantias — além da proposição de outras — que poderiam satisfazer uma maior gama de contextos, usuários e necessidades específicas. Este cenário de necessidade está intimamente ligado à emergência de espaços semânticos na *Web* e seus potenciais de revelar visões e aspirações particulares (ou

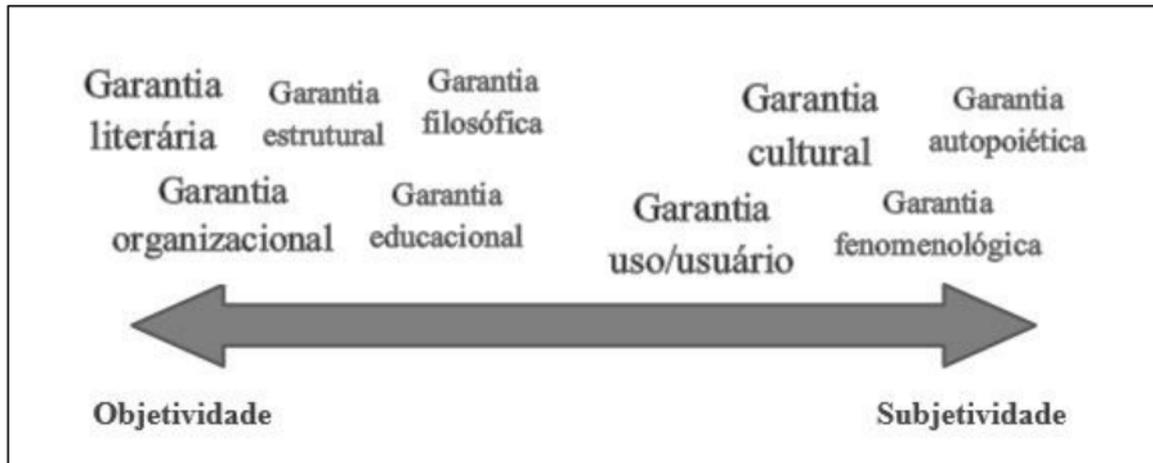
conjuntas) de comunidades usuárias e produtoras de informação frente ao universo de conteúdos e recursos informacionais em contexto digital.

Pode-se dizer que as perspectivas do primeiro momento das garantias, caracterizam-se pela tendência de maior decisão e controle semântico por parte dos profissionais e especialistas que lidam diretamente com o desenvolvimento e uso dos sistemas. Já as perspectivas contemporâneas de garantia, o segundo momento, reconhece-se a relação direta entre usuários, conteúdos e sistema, refletindo as percepções e necessidades de informação da comunidade usuária sem interferências ou mediações de profissionais.

Da mesma forma, o conjunto de perspectivas de garantias lançadas mão na criação e desenvolvimento de SOCs podem ser caracterizadas, sob uma vertente, por garantias baseadas em autoridades cognitivas mais objetivas e mensuráveis e, sob outra vertente, por garantia baseadas em autoridades cognitivas mais subjetivas e curatoriais, conforme ilustrado na Figura 1.

Estão presentes no rol de garantias propostas à OC desde garantias mais difundidas e aplicadas ao desenvolvimento de SOCs, como a garantia literária, a garantia de uso/usuário e a garantia organizacional — indicadas pela norma norte-americana ANSI/NISO Z39.19-2005 (NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION, 2005) para a construção e manutenção de vocabulários controlados. Como também outras garantias que exploram “as possibilidades de complementação entre uma e outra, para assegurar um suporte metodológico que brinde como resultado uma estrutura conceitual representativa [...]” (BARITÉ, 2011, p. 4), como a garantia filosófica e garantia educacional (BEGHTOL, 1986), a garantia estrutural (SVENONIUS, 2000), a garantia cultural (LEE, 1976), a garantia fenomenológica (WARD, 2000). Garantias pontuais e/ou contemporâneas também podem ser vistas como necessidades na busca por explicações de fenômenos decorrentes da cultura digital, mais precisamente do povoamento de plataformas e espaços de informação no contexto da *World Wide Web*, como a garantia autopoietica (MAI, 2011).

FIGURA 1 – Perspectivas de garantia dispostas sob vertentes objetiva/subjetiva



Fonte: Os autores, 2016.

Reconhece-se no conceito de garantia cultural e suas derivações um ponto de partida (e talvez de chegada) na tentativa de identificar os elementos de significação que subjaz o princípio da garantia semântica. A garantia cultural foi proposta por Joel Lee (1976) e teve como inspiração o termo “garantia literária” de Hulme (1911). Garantia cultural significa que qualquer tipo de sistema de organização e/ou representação do conhecimento pode ser maximamente conveniente e útil para as pessoas de uma cultura apenas se estiver baseado nos pressupostos, valores e predisposições da mesma cultura.

Nessa perspectiva, a noção de garantia cultural poderia ser compreendida como um conceito guarda-chuva, pois os demais pactos operacionais (garantia literária, garantia filosófica, garantia do usuário, garantia estrutural, etc.) empregados no desenvolvimento dos SOCs seriam manifestações práticas — e mais ou menos formalizadas — dos valores culturais compartilhados por grupos e comunidades sociais (FIGURA 2).

A garantia cultural, como abordagem de representação do conhecimento, parte do contexto situacional em que se fará uso de conhecimentos especificados, além de conjecturar usos potenciais daquele domínio. Smiraglia (2009, p. 674) postula que uma análise de domínio de um recurso deve ser pensada para além dos detalhes do recurso em si e ter em conta os contextos de seus usos — tanto os pretendidos quanto os usos reais.

FIGURA 2 - Garantia cultural como conceito guarda-chuva



Fonte: Os autores, 2016.

A importância da garantia cultural na organização e representação do conhecimento problematiza a dimensão semântica da OC e se revela como base teórica fundamental para desenvolver, refinar e avaliar a eficácia dos SOCs. A linguagem é reconhecida como um dispositivo organizador e uma forma de representar o conhecimento humano e, por isso mesmo, está imbricada na cultura. Faria e Almeida (2015) entendem que organizar o conhecimento compreende uma maneira de modelar as experiências culturais de forma que possam ser compartilhadas, considerando as diversas linguagens em uso e traços peculiares das variadas culturas.

As categorias de critérios baseados em princípios e fundamentos semânticos são a base para a projeção e desenvolvimento de SOCs significativamente úteis e culturalmente aceitos. Nesse sentido, reconhece-se que a perspectiva da garantia cultural é um modo de alcançar noções e ideias de difícil reconhecimento por demais parâmetros semânticos em que, tanto as comunidades de usuários possam se identificar como os SOCs sejam capazes de representar abstrações destas ideias.

5 O PRINCÍPIO DA GARANTIA SEMÂNTICA SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

Encontra-se, tanto no pensamento de Wittgenstein quanto no de Bakhtin, a atenção não só para o fluxo incessante e dialogicamente estruturado da produção de sentido a partir da linguagem em ação, como atividade espontânea, fornecendo um engenhoso e sustentável alicerce para a inter-consciência dos indivíduos, mas também eles introduzem as reflexões acerca da linguagem e, conseqüentemente da informação — enquanto mensagem portadora de significado — um tipo diferente de entendimento a ser trabalhado para sustentar a inteligibilidade de processos, mediações e ações informacionais.

Alcança-se na apreensão da natureza do significado, nas obras de Wittgenstein e Bakhtin, o que se pode nomear de forma relacional responsiva de entendimento, rechaçando a percepção estática da conexão e relação entre as coisas e chegando a uma compreensão do “sentido modelado” mediante as relações de alteridade que emergem a partir das relações sociais desdobradas (SHOTTER, 2004, p. 2, tradução nossa), visão essa que contrasta com a forma representacional e referencial de compreensão do sentido.

Admite-se que para fins de organização de informações os aspectos representacionais (e referenciais) da instauração do sentido ecoam eminentemente nos dispositivos e instrumentos que buscam apreender o significado das coisas no mundo. Porém, essa etapa, a de formalização dos sentidos em um sistema linguístico e posteriormente em um sistema representacional de domínios do conhecimento, é talvez um dos últimos passos de um fluxo coordenado do “tratar informação”.

Nesse entendimento, embora a OC esteja confortavelmente inclinada a reconhecer a natureza do sentido apenas na ponta visível de sua estrutura, isto é, na esfera semântica dos sistemas linguísticos, os estudos que optaram por ampliar a zona de compreensão dos fenômenos informacionais, englobando as complexidades e variáveis de camadas mais profundas da linguagem, encontram em ciências e projetos filosóficos dedicados à significação um horizonte para onde se pode avançar.

As abordagens aos estudos em OC que aliam os estudos da significação e as dimensões socioculturais da linguagem têm sido recorridas com frequência para o aprimoramento de fundamentos e princípios circundantes aos processos de organização e representação do conhecimento, em especial o desenvolvimento dos SOCs. Tais zonas de estudo em que a OC tem se apoiado são reconhecidas pela preocupação da experiência do pensamento e da consciência com a realidade, a partir do andaime do significado, isto é, da linguagem. Os

conceitos trabalhados nestes domínios são caracterizados por suas instilações sensitivas ao reconhecimento e categorização de significado, valores, noção de mundo, axiologias e demais indicadores de ações sensíveis.

Nas visões de Wittgenstein e Bakhtin percebe-se que toda manifestação do significado e sua compreensão tem como mediação a linguagem e origina-se dos indivíduos sociais a partir de suas reações dinâmicas de diálogo entre si e as alteridades presentes no contexto. Ambos chamam a atenção para uma linguagem viva e imersa no cotidiano das pessoas, respondendo às reações sensíveis provocadas entre os indivíduos.

Novos direcionamentos nos estudos da linguagem, entre os quais aqueles que aproximam das visões de Wittgenstein e Bakhtin, respaldam as transcursoes reflexivas na OC e iluminam as questões do significado no que se refere ao princípio da garantia semântica.

A linguagem em ação, isto é, sendo utilizada pelos indivíduos, é a forma como Wittgenstein (1999) reconhece o significado. Da mesma forma, Bakhtin (1986) entende que o significado é resultado direto da relação de alteridade existente entre falantes, ou seja, daqueles que utilizam a linguagem em busca de entendimento. A partir da premissa do princípio da garantia semântica operando como angularidade da apreensão de significado infundido na linguagem para a projeção e avaliação de SOCs, considera-se, como uma unidade de compreensão de tal princípio o reconhecimento da linguagem como um fenômeno histórico, social e cultural moldada às necessidades do sujeito social. Essa consideração é sustentáculo para compreender a essência da garantia semântica sem correr riscos de apoiar-se em aspectos acidentais de alguma de suas perspectivas de aplicação.

Todas elas, as perspectivas da garantia semântica, modulam-se — ou deveriam modular-se — no pressuposto de entendimento de linguagem como estrutura de apreensão do significado em um constante fluxo de negociação de sentidos. Embora seja preocupação, em um dado momento e para alguns propósitos de sistematização, acionar a categoria semântica a fim de estabilizar o sentido da linguagem, é importante que se reconheça tal princípio em uma dimensão de profundidade mais sensível.

Apropriando-se do preceito de Wittgenstein e Bakhtin de que a práxis do uso da linguagem é a base da racionalidade humana, e de que as condições de sociabilidade são a conexão entre o pensamento e a palavra, advoga-se ser esta uma importante prescrição para reconhecer as relações de sentido que as diferentes perspectivas de garantia evocam nas linguagens documentárias. Nesse sentido, pensar nas linguagens que constituem os SOCs e em

seus propósitos informativos é pensar na língua como atividade social, ligada às condições de comunicação que estão sempre ligadas às estruturas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Clare Beghtol e todos aqueles que se dedicaram em conceitualizar o princípio da garantia semântica sinalizam, de alguma forma, o reconhecimento de que o significado que cada garantia se propõe a invocar na linguagem documentária está indissolivelmente ligado à noção de utilidade. Capacidade de gerar “significado consistentemente útil” é o que Beghtol (1986, p. 122) acredita ser a função da garantia semântica, “organização significativa e útil” é o que a autora acredita ser o resultado da aplicação de tal princípio. Ambas as noções estão relacionadas à capacidade da linguagem de significar e essa manifestação se efetivará à medida que uma linguagem (documentária) possa servir a uma comunidade, possa ser conveniente às necessidades informacionais dos sujeitos, sendo o seu uso nas ações de informação que revelará seu alcance e vitalidade.

Com o compromisso de fornecer significado útil às audiências, a garantia semântica é uma importante autorização cognitiva nos processos de desenvolvimento de um SOC. Tal posição nuclear requer extensa e constante análise dos desdobramentos da natureza do significado para se chegar às linguagens alvo de preocupação da OC — as linguagens documentárias — em níveis de relevâncias cada vez mais elevados para contextos informacionais.

Objetivou-se neste trabalho construir “esboços de paisagens” (apropriando-se do termo de Wittgenstein) que contribuam para a pavimentação do estrado epistemológico representado pelo princípio da garantia semântica na OC. Para isso encontrou-se no pensamento filosófico de Ludwig Wittgenstein e de Mikhail Bakhtin os postulados acerca da linguagem deslocada a uma perspectiva de análise que substitui uma atitude lógica (e por que não, metafísica) por uma atitude prática. A linguagem, para o pensador austríaco e para o pensador russo, é compreendida a partir das situações de seu uso, das diversas maneiras e propósitos que ela é utilizada pelos sujeitos — responsáveis pelo estabelecimento de diálogo no interior da linguagem.

O significado é o uso *da* linguagem, atesta Wittgenstein (1999), o significado é diálogo *na* linguagem, assevera Bakhtin (1986). O significado é, acima de tudo, uma atividade —

articulada e convergida pela interconsciência dos sujeitos sociais que produzem (e reproduzem) linguagens para a geração de novos conhecimentos. O reconhecimento da linguagem e do conhecimento apoiados pelo substrato pragmatista — como evidenciado pelos dois autores — é fundamental para os encadeamentos teórico-reflexivos na OC.

Promover a capacidade de significação útil e adequada das linguagens documentárias requer condições de reconhecimento de autoridades cognitivas que sustentem a sensibilidade necessária para provocar a desvelamento de significados úteis em SOCs, esse é o papel do princípio da garantia semântica, tendo em mente que é condição preponderante para o desenvolvimento e avaliação dos instrumentos de organização e representação do conhecimento basear-se em consensos semânticos que os dimensionem como artefatos que retratam a realidade.

O princípio da garantia semântica envolve concepções e sentenças sobre quais unidades de análise são mais apropriadas para incorporar e representar significados úteis em uma linguagem documentária. A noção de garantia na OC vem passando por uma série de transformação em seu sentido, englobando uma acepção mais abrangente e fortalecida pela repercussão dos estudos da informação nas esferas da significação e da linguagem.

Se seu propósito inaugural estava vinculado a um requisito de regramento e seu nível de eficiência relacionado à métricas de frequência de palavras em um documento (HULME, 1911), hoje o princípio da garantia semântica cobre uma série de aspectos e preceitos relacionados à afiguração do significado nos esquemas de representação do conhecimento sendo entendida como a estrutura subjacente aos SOCs capaz de orientá-los em sua projeção, desenvolvimento e avaliação.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. (V. N. Voloshinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 201 p.

_____. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 414 p.

BARITÉ, M. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. **Palabra Clave**, La Plata, v. 1, n. 1, oct. 2011. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/16751/1/PCLP%25202011%2520v1n1a2.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

BEGHTOL, C. Semantic validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems. **Library Resources & Technical Services**, v. 30, n. 2, Apr./June 1986.

BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: _____ (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção de sentido**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2005. p. 87-98.

CAMPBELL, D. G. Derrida, Logocentrism, and the concept of warrant on the semantic Web. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). **Cultural and Identity in Knowledge Organization**. Würzburg: ERGON Verlag, 2008. p. 222-228. (Advances in Knowledge Organization ; 11).

FARIAS, M. C. Q. S.; ALMEIDA, C. C. Interações entre Semiótica da Cultura e Organização do Conhecimento: conceitos integradores. In: RODRÍGUEZ MUÑOZ, J. V. *et al.* (Org.). **Organización del conocimiento: sistemas de información abiertos**. Actas del XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España y Portugal, 19 y 20 de noviembre. 1 ed. Murcia: ISKO España-Portugal, 2015. p. 1410-1426.

FOLSCHIED, D.; WUNENBURGER, J.-J. **Metodologia filosófica**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 394p.

GRAF, A.; SMIRAGLIA, R. P. Cultural curation as classification: the evolution of the bibliography and taxonomy for The Encyclopedia of Milwaukee. In: QUAN-HAASE, A.; RUBIN, V. L.; CHAVES, D. (Ed.). **Information in a local and global context: proceedings of the 40th annual conference of the Canadian Association for Information Science**, Waterloo, Ontario, May 31-June 2, 2012. Disponível em: <<http://www.cais-acsi.ca/>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

HJØRLAND, B. Empiricism, rationalism and positivism in library and information science. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 1, p. 130-135, 2005.

HOWARTH, L. C.; JANSEN, E. H. Towards a typology of warrant for 21st century knowledge organization systems. In: BABIK, W. (Ed.). **Knowledge Organization in the 21st Century: between historical patterns and future prospects: proceedings of the Thirteenth International ISKO Conference 19-22 May 2014 Kraków, Poland**. Würzburg: ERGON Verlag, 2014. p. 216-221. (Advances in Knowledge Organization; 14).

HULME, E. W. Principles of book classification. **Library Association Record**, v. 13, Oct. p. 354-358, Nov. p. 389-394, Dec. p. 444-449, 1911.

HUVILA, I. **The ecology of information work: a case study of bridging archaeological work and virtual reality based knowledge organisation**. Åbo: ÅboAkademi University Press, 2006. 385 p.

KWAŚNIK, B, H. Semantic warrant: a pivotal concept for our field. **Knowledge Organization**. v. 37, n. 2, p. 106-110, 2010.

LEE, J. M. E. Wyndham Hulme: a reconsideration. In: RAYWARD, W. B. (Ed.). **The Variety of Librarianship: essays in honour of John Wallace Metcalfe**. Sydney: Library Assn. of Australia, 1976. p. 101-113.

MAI, J-E. Folksonomies and the new order: authority in the digital disorder. **Knowledge Organization**, v. 38, n. 2, p. 114-122, 2011.

MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. São Paulo: Contexto, 2012. 269 p.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. **ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010)**: guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda: NISO Press, 2005.

PENHA, J. **Como ler Wittgenstein**. São Paulo: Paulus, 2013. (Como ler filosofia).

RABER, D.; BUDD, J. M. Information as sign: semiotics and information science. **Journal of Documentation**, v. 59, n. 5, p. 507-522, 2003.

RODRIGUEZ, R. D. Hulme's concept of literary warrant. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 5, n. 1, p. 17-26, 1984.

SAES, S. F. A. **A linguagem**. São Paulo: WMF: Martins Fontes, 2013. 88 p.

SHOTTER, J. Bakhtin and Wittgenstein: dialogicality and (a poetic approach to) the understanding of culture. In: **VISITING Scholar Seminar Series**, Massey University, New Zealand, May 3rd, 2004. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/240640531>>. Acesso em: 02 maio 2016.

SMIRAGLIA, R. Bibliocentrism, Cultural Warrant, and the Ethics of Resource Description: a Case Study. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 47, n. 7, p. 671-686, 2009.

SVENONIUS, E. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2000. 255 p.

TALJA, S.; TUOMINEN, K.; SAVOLAINEN, R. "Isms" in information science: constructivism, collectivism and constructionism. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 1, p. 79-101, 2005.

VICKERY, Brian. **On knowledge organization**. 2008. Disponível em: <<http://classic-web.archive.org/web/20080404103206/www.lucis.me.uk/knowlorg.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

WARD, M. Phenomenological warrant: the case for working from the user's viewpoint. **Managing Information**, v. 7, n. 9, p. 68-71, nov. 2000.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999. 207 p.

YAGUELLO, M. Introdução. In: BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 201 p.

ZENG, M. L. Knowledge organization systems. **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2-3, p. 160-182, 2008.